

BALANÇO FINANCEIRO

2020



FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ISOLADO
BALANÇO FINANCEIRO

2020

RESOLUÇÃO N°110/2020

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - PE



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE GENALDI FERREIRA ZUMBA, EDER MARCONI VIEIRA
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 96f8eb09-b469-4089-b753-8938700344c9





APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro Individual por Entidade (BFI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), através do item 3, da Parte V, da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06.

JOÃO EUDES BEZERRA FILHO, CONTABILIDADE PÚBLICA:

“O Balanço Financeiro é a demonstração contábil que evidencia o fluxo financeiro de uma entidade pública. A partir do saldo inicial das disponibilidades, são acrescidas as Receitas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias (incluídos nestas os Restos a Pagar e Serviço da Dívida a Pagar inscritos no exercício). Ao serem deduzidas das Despesas Orçamentárias e das baixas Extra-Orçamentárias, obter-se-á o saldo das disponibilidades ao final do período analisado (dia, mês ou ano). O Balanço Financeiro exigido pela Lei Federal nº 4.320/19.”

As operações de natureza orçamentária e financeiras que deram suporte a elaboração deste balanço sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*,



respectivamente.

As ferramentas contábeis disponíveis para a Elaboração deste balanço foram registradas em sistema de Contabilidade Pública SCP9, homologado e disponibilizado pela empresa Fiorilli, o processamento de dados é totalmente informatizado, em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Sendo operacionalizados durante o exercício de 2020. Sendo realizado este processamento pelos servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, devidamente assessorados pela M V ASSESSORIA E CONSULTORIA MUNICIPAL.

O Balanço Financeiro, apresenta o comparativo entre as receitas previstas e as despesas realizadas com proporcionando a apresentação dos resultados da execução orçamentária in praxe exercício. Os dados são evidenciados neste balanço, a saber, o excesso ou déficit de arrecadação, a economia orçamentária e informações relacionadas a restos a pagar processados e não processados. Como forma de esclarecer de transparente e de forma analítica é anexado ao balanço as notas explicativas devidamente elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 110, de 09 de dezembro de 2020, conforme anexos XIX e XX, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão. Para que haja uma maior acessibilidade por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCEPE.

Analisando os dados de 2020, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram R\$ 1,56. E os ingressos extraorçamentários R\$ 15.000,00, TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS R\$ 0,00. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na



ordem de R\$ 15.000,00. Os desembolsos extraorçamentários foram de R\$ 0,00. As transferências financeiras concedidas foram no total de R\$ 0,00. Os saldos vindos do exercício anterior 31/12/2019 totalizou R\$ 6.213,09. O saldo ao final do exercício (31/12/2020) foi de R\$ 6.214,65.

Em suma o Balanço Financeiro, conforme o art. 103 da Lei nº 4.320/64, é o demonstrativo que evidencia as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, considerando também saldos provenientes do exercício anterior bem como aqueles que serão transferidos ao próximo ano (BRASIL, 1964). Dessa forma, percebe-se que, enquanto o Balanço Orçamentário trata apenas das transações contidas no orçamento anual e se atenta somente ao ano referente, o Balanço Financeiro trata da totalidade de recebimentos e pagamentos,

A seguir será apresentado o Balanço Financeiro na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

JOSE GENIVAL FERREIRA ZUMBA
GESTOR DO FUNDO

Eder Marcone Vieira

ContadorCRC/PE nº

027904/0-8

FUNDO MUNICIPAL DIREITO CRIANÇA ADOLESCENTE- FMDCA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2020)

Exercício de 2020



1 of 1

ISOLADO:6 - FUNDO MUNICIPAL DIREITO CRIANÇA ADOLESCENTE- FMDCA

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		1,56	0,00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		15.000,00	0,00
TESOURO		1,56	0,00	TESOURO		15.000,00	0,00
ORDINÁRIO		1,56	0,00	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		15.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		15.000,00	0,00	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		0,00	0,00
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		15.000,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		15.000,00	0,00	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		6.214,65	0,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.214,65	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		6.213,09	0,00	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		7,92	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.213,09	0,00	CONTA ÚNICA		6.206,73	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		6,36	0,00	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
CONTA ÚNICA		6.206,73	0,00	TOTAL		21.214,65	0,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00				
TOTAL		21.214,65	0,00				

 JOSE GENIVAL FERREIRA ZUMBA
 SEC DE EDUCAÇÃO
 628.606.404-44

 EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

 ELLSKALINE SOBRAL ZUMBA ALVES
 TESOUREIRO
 074.956.604-30

FUNDO MUNICIPAL DIREITO CRIANÇA ADOLESCENTE- FMDCA

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

Dezembro(31/12/2020)

ISOLADO:6 - FUNDO MUNICIPAL DIREITO CRIANÇA ADOLESCENTE- FMDCA

Exercício de 2020

1 of 1

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
1 TESOUREIRO	1,56	0,00	1,56	632,29	0,00	632,29
1 ORDINÁRIO	1,56	0,00	1,56	632,29	0,00	632,29
TOTAL	1,56	0,00	1,56	632,29	0,00	632,29

JOSE GENIVAL FERREIRA ZUMBA
SEC DE EDUCAÇÃO
628.606.404-44

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

ELLSKALINE SOBRAL ZUMBA ALVES
TESOUREIRO
074.956.604-30





Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ FÁBIO SOARES FERREIRA ZEMBA, EDER MARCONI VIEIRA. Assinatura Digital: 96f66b09-4469-4089-b75f-8938700344c9
Acesse em: <https://ecccite.pe.gov.br/portal>

a) Informações Gerais:

Nome do órgão ou entidade: FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) as quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Conformidade Contábil (ICC) do TCE-PE.
Consolidação das demonstrações contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta incluindo os fundos, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores de São João; 2) Prefeitura Municipal de São João; 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Fundo de Previdência Própria dos Servidores Municipais de São João - PE.
Dados do gestor (Prefeito do Município): Nome: José Genaldi Ferreira Zumba. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2020 a 31/12/2020
Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: Eder Marconi Vieira. CRC-PE nº PE-027904/O-8. E-mail: eddervieira@gmail.com
Dados do Secretário de Finanças responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal: Nome: MARIA PEREIRA VASCONCELOS.
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: JOSÉ FÁBIO SOARES FERREIRA.
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Fiorilli – SCPI
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www. http://saojoao.pe.gov.br/transparencia



B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 110/2020 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não

houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas: O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2020, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2020, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da



respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		1,56
<u>TESOURO</u>		<u>1,56</u>
ORDINARIO		1,56
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		15.000,00
<u>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>15.000,00</u>
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		15.000,00
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		6.213,09
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>6.213,09</u>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		6,36
<u>CONTA ÚNICA</u>		<u>6.206,73</u>
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>
TOTAL		21.214,65

Nota 1) **RECEITA ORÇAMENTÁRIA:** O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2020 foi de R\$ 1,56.

Nota 2) **TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS:** O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 0,00

Nota 3) **RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS:** Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 15.000,00.

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		15.000,00
<u>TESOURO</u>		<u>15.000,00</u>
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		15.000,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA</u>		<u>0,00</u>
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		0,00
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		6.214,65
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>6.214,65</u>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		7,92
<u>CONTA ÚNICA</u>		<u>6.206,73</u>
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>
TOTAL		21.214,65



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE GENALDI FERREIRA ZUMBA, EDER MARCONI VIEIRA
Acesse em: https://tce.tce.pe.gov.br/ppp/validaDoc.seam?codigo_documento=96f6bb9b469-4089-b753-8938700344c9

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 15.000,00.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 0,00.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2020 foi de R\$ 6.214,65.

D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2. Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

SALDO EM 31/12/2019	SALDO EM 31/12/2020
0,00	0,00

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 110/2020 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia



em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

G.2.Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço Financeiro:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

ANEXO XIV

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para reconhecimento e registro da despesa orçamentária.	Metodologia para reconhecimento e registro da despesa.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Desenvolvimento de metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para reconhecimento e registro da receita e despesa orçamentária do ente, bem como, para controle de destinação por fontes de recursos.	Sistema de Informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Ação Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para registro de créditos a receber, por competência.	Metodologia para registro dos créditos a receber.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para registro do crédito a receber por competência.	Sistema de Informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída



Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento e operacionalização de rotina de depreciação e exaustão do imobilizado.	Metodologia de operacionalização da depreciação e exaustão.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Adequação do SIC aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados.	SIC adequado à metodologia de depreciação, reavaliação "impairment", etc. dos elementos patrimoniais.	Setor de Contabilidade	31/12//2020	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigação por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para mensuração e reconhecimento das obrigações com fornecedores por competência.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Estabelecer metodologia para ajustes para perdas para os créditos a receber registrados por competência.	Metodologia de ajuste para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do sistema à metodologia local de ajuste para perdas.	SIC adequado à metodologia de ajustes para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações e provisões por competência.	Metodologia de reconhecimento de obrigação e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12//2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de obrigação e provisões por competência.	SIC adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12//2020	Em andamento
Ação	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Metodologia de reconhecimento de ativo e passivos contingentes.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	SIC adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, além de rotinas para a depreciação e exaustão sistematizadas dos mesmos.	Metodologia de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Elaboração de procedimentos para sistematização da reavaliação e do ajuste ao valor recuperável dos ativos.	Metodologia de reavaliação e "impairment" periódicos dos ativos.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistemas para registro e controle do imobilizado (móveis e imóveis).	SIC adequado a metodologia de registro e controle do imobilizado, bem como à depreciação e exaustão dos mesmos.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Levantamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema.	Relatório do SIC com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento



Elaboração de eventos para registro contábil dos fenômenos levantados anteriormente.	Relatório com eventos que registram os fenômenos anteriores com base no PCASP estendido.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PUBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subsídio Aquisição / Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam carregados.	SIC adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento do exercício.	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do SIC às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	SIC adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PUBLICO – PARTE V DO MCASP				
Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subsídio Elaboração de regra / fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste das demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequadas à novas demonstrações contábeis.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP.	SIC adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída

SÃO JOÃO -PE , 31 de dezembro de 2020.

JOSE GENIVAL FERREIRA ZUMBA

SEC DE EDUCAÇÃO

Eder Marcone Vieira Contador

CRC/PE nº 027904/0-8



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE GENALDI FERREIRA ZUMBA, EDER MARCONI VIEIRA
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 96f8eb09-b469-4089-b753-8938700344c9

BALANÇO FINANCEIRO

2020



**FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS. SOCIAL – ISOLADO
BALANÇO FINANCEIRO**

2020

RESOLUÇÃO N°110/2020

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - PE





APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro Individual por Entidade (BFI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), através do item 3, da Parte V, da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06.

JOÃO EUDES BEZERRA FILHO, CONTABILIDADE PÚBLICA:

“O Balanço Financeiro é a demonstração contábil que evidencia o fluxo financeiro de uma entidade pública. A partir do saldo inicial das disponibilidades, são acrescidas as Receitas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias (incluídos nestas os Restos a Pagar e Serviço da Dívida a Pagar inscritos no exercício). Ao serem deduzidas das Despesas Orçamentárias e das baixas Extra-Orçamentárias, obter-se-á o saldo das disponibilidades ao final do período analisado (dia, mês ou ano). O Balanço Financeiro exigido pela Lei Federal nº 4.320/19.”

As operações de natureza orçamentária e financeiras que deram suporte a elaboração deste balanço sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*,



respectivamente.

As ferramentas contábeis disponíveis para a Elaboração deste balanço foram registradas em sistema de Contabilidade Pública SCP9, homologado e disponibilizado pela empresa Fiorilli, o processamento de dados é totalmente informatizado, em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Sendo operacionalizados durante o exercício de 2020. Sendo realizado este processamento pelos servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, devidamente assessorados pela M V ASSESSORIA E CONSULTORIA MUNICIPAL.

O Balanço Financeiro, apresenta o comparativo entre as receitas previstas e as despesas realizadas com proporcionando a apresentação dos resultados da execução orçamentária in praxe exercício. Os dados são evidenciados neste balanço, a saber, o excesso ou déficit de arrecadação, a economia orçamentária e informações relacionadas a restos a pagar processados e não processados. Como forma de esclarecer de transparente e de forma analítica é anexado ao balanço as notas explicativas devidamente elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 110, de 09 de dezembro de 2020, conforme anexos XIX e XX, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão. Para que haja uma maior acessibilidade por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCEPE.

Analisando os dados de 2020, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram R\$ 72.955,11. E os ingressos extraorçamentários R\$ 262.094,73, TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS R\$ 1.308.007,12. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na



ordem de R\$ 1.915.589,88. Os desembolsos extraorçamentários foram de R\$377.133,17. As transferências financeiras concedidas foram no total de R\$ 0,00. Os saldos vindos do exercício anterior 31/12/2019 totalizou R\$ 317.566,27. O saldo ao final do exercício (31/12/2020) foi de R\$ 357.900,18.

Em suma o Balanço Financeiro, conforme o art. 103 da Lei nº 4.320/64, é o demonstrativo que evidencia as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, considerando também saldos provenientes do exercício anterior bem como aqueles que serão transferidos ao próximo ano (BRASIL, 1964). Dessa forma, percebe-se que, enquanto o Balanço Orçamentário trata apenas das transações contidas no orçamento anual e se atenta somente ao ano referente, o Balanço Financeiro trata da totalidade de recebimentos e pagamentos,

A seguir será apresentado o Balanço Financeiro na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

ANDREZA NEVES BARRETO BIZERRA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Eder Marccone Vieira
ContadorCRC/PE nº
027904/0-8

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOÃO-PE
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2020)

Exercício de 2020



1 of 1

ISOLADO:3 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOÃO-PE

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		762.955,11	713.536,00	DESPA ORÇAMENTÁRIA		1.915.589,88	1.837.640,48
TESOURO		762.955,11	713.536,00	TESOURO		1.915.589,88	1.837.640,48
ASSISTÊNCIA SOCIAL		225.225,00	0,00	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		1.210.182,66	1.766.618,31
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		535.555,29	712.797,25	GERAL		705.407,22	71.022,17
ASSISTÊNCIA SOCIAL-REMUN.APLIC.FINANC.		2.174,82	738,75	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.308.007,12	1.098.223,82	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		1.308.007,12	1.098.223,82	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		377.133,17	375.558,15
REPASSE RECEBIDO		1.308.007,12	1.098.223,82	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		244.846,82	242.406,88
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		262.094,73	335.187,64	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		3.500,00	46.003,98
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		204.029,15	208.744,88	RP PROCESSADOS PAGOS		241.346,82	196.402,90
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		204.029,15	208.744,88	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		129.692,51	131.183,27
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		56.526,44	124.453,95	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		48,62	79.842,84
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		39.285,17	56.973,41	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		4.652,33	3.800,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		4.497,79	5.126,47	ISS		82.266,89	3.633,29
ISS		11.012,40	19.121,51	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		0,00	307,00
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		0,00	561,30	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	43.600,08
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		1.731,08	42.671,26	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		42.724,67	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		0,00	0,00	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		2.593,84	1.968,00
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		1.539,14	1.988,81	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		2.593,84	1.968,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		1.539,14	1.988,81	FAMÍLIA PAGO		0,00	0,00
FAMÍLIA PAGO		0,00	0,00	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		357.900,18	317.566,27
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		317.566,27	383.817,44	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		357.900,18	317.566,27
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		317.566,27	383.817,44	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		4.653,57	295,68
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		295,68	273,64	BANCOS		0,00	10,00
BANCOS		10,00	0,00	CONTA ÚNICA		353.246,61	317.260,59
CONTA ÚNICA		317.260,59	383.543,80	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00				
TOTAL		2.650.623,23	2.530.764,90	TOTAL		2.650.623,23	2.530.764,90

ANDREZA NEVES BARRETO BIZERRA
 SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 043.588.344-50

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

EDIVAM BARROS DE MELO
 TESOUREIRO
 038.509.994-08

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOÃO-PE

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

Dezembro(31/12/2020)

ISOLADO:3 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOÃO-PE

Exercício de 2020

1 of 1

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
1 TESOIRO	762.955,11	0,00	762.955,11	713.536,00	0,00	713.536,00
500 ASSISTÊNCIA SOCIAL	225.225,00	0,00	225.225,00	0,00	0,00	0,00
510 ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	535.555,29	0,00	535.555,29	712.797,25	0,00	712.797,25
511 ASSISTÊNCIA SOCIAL-REMUN.APLIC.FINANC.	2.174,82	0,00	2.174,82	738,75	0,00	738,75
TOTAL	762.955,11	0,00	762.955,11	713.536,00	0,00	713.536,00

ANDREZA NEVES BARRETO BIZERRA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
043.588.344-50

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

EDIVAM BARROS DE MELO
TESOUREIRO
038.509.994-08





a) Informações Gerais:

Nome do órgão ou entidade: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) as quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Conformidade Contábil (ICC) do TCE-PE.
Consolidação das demonstrações contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta incluindo os fundos, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores de São João; 2) Prefeitura Municipal de São João; 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Fundo de Previdência Própria dos Servidores Municipais de São João - PE.
Dados do gestor (Prefeito do Município): Nome: José Genaldi Ferreira Zumba. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2020 a 31/12/2020
Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: Eder Marconi Vieira. CRC-PE nº PE-027904/O-8. E-mail: eddervieira@gmail.com
Dados do Secretário de Finanças responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal: Nome: MARIA PEREIRA VASCONCELOS .
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: JOSÉ FÁBIO SOARES FERREIRA.
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Fiorilli – SCPI
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www. http://saojoao.pe.gov.br/transparencia



B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 110/2020 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não

houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas: O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2020, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2020, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da



respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das

particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		762.955,11	713.536,00
TESOURO		762.955,11	713.536,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL		225.225,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		535.555,29	712.797,25
ASSISTÊNCIA SOCIAL-REMUN.APLIC.FINANC.		2.174,82	738,75
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.308.007,12	1.098.223,82
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		1.308.007,12	1.098.223,82
REPASSE RECEBIDO		1.308.007,12	1.098.223,82
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		262.094,73	335.187,64
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		204.029,15	208.744,88
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		204.029,15	208.744,88
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		56.526,44	124.453,95
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		39.285,17	56.973,41
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		4.497,79	5.126,47
ISS		11.012,40	19.121,51
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		0,00	561,30
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		1.731,08	42.671,26
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		0,00	0,00
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		1.539,14	1.988,81
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMILIA PAGO		1.539,14	1.988,81
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		317.566,27	383.817,44
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		317.566,27	383.817,44
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		295,68	273,64
BANCOS		10,00	0,00
CONTA ÚNICA		317.260,59	383.543,80
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
TOTAL		2.650.623,23	2.530.764,90

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2020 foi de R\$ 762.955,11.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 1.308.007,12

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 262.094,73, sendo R\$ 56.526,44, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 204.029,15 relativo a inscrição dos restos a pagar.



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		1.915.589,88	1.837.640,48
TESOURO		1.915.589,88	1.837.640,48
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		1.210.182,66	1.766.618,31
GERAL		705.407,22	71.022,17
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		377.133,17	375.558,15
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		244.846,82	242.406,88
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		3.500,00	46.003,98
RP PROCESSADOS PAGOS		241.346,82	196.402,90
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		129.692,51	131.183,27
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		48,62	79.842,84
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		4.652,33	3.800,00
ISS		82.266,89	3.633,29
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		0,00	307,06
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	43.600,08
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		42.724,67	0,00
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		2.593,84	1.968,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		2.593,84	1.968,00
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		357.900,18	317.566,27
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		357.900,18	317.566,27
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		4.653,57	295,68
BANCOS		0,00	10,00
CONTA ÚNICA		353.246,61	317.260,59
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
TOTAL		2.650.623,23	2.530.764,90

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 1.915.589,88.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 377.133,17. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 244.846,82, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 129.692,51.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2020 foi de R\$ 357.900,18.



D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2. Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

SALDO EM 31/12/2019	SALDO EM 31/12/2020
0,00	0,00

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 110/2020 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

G.2. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço Financeiro:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.



H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

ANEXO XIV

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para reconhecimento e registro da despesa orçamentária.	Metodologia para reconhecimento e registro da despesa.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Desenvolvimento de metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para reconhecimento e registro da receita e despesa orçamentária do ente, bem como, para controle de destinação por fontes de recursos.	Sistema de Informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para registro de créditos a receber, por competência.	Metodologia para registro dos créditos a receber.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para registro do crédito a receber por competência.	Sistema de Informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Estabelecer metodologia para ajustes para perdas para os créditos a receber registrados por competência.	Metodologia de ajuste para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do sistema à metodologia local de ajuste para perdas.	SIC adequado à metodologia de ajustes para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações e provisões por competência.	Metodologia de reconhecimento de obrigação e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12//2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de obrigação e provisões por competência.	SIC adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12//2020	Em andamento
3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Metodologia de reconhecimento de ativo e passivos contingentes.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	SIC adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, além de rotinas para a depreciação e exaustão sistematizadas dos mesmos.	Metodologia de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Elaboração de procedimentos para sistematização da reavaliação e do ajuste ao valor recuperável dos ativos.	Metodologia de reavaliação e "impairment" periódicos dos ativos.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistemas para registro e controle do imobilizado (móveis e imóveis).	SIC adequado a metodologia de registro e controle do imobilizado, bem como à depreciação e exaustão dos mesmos.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Levantamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema.	Relatório do SIC com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento



Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento e operacionalização de rotina de depreciação e exaustão do imobilizado.	Metodologia de operacionalização da depreciação e exaustão.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento
Adequação do SIC aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados.	SIC adequado à metodologia de depreciação, reavaliação "impairment", etc. dos elementos patrimoniais.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigação por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para mensuração e reconhecimento das obrigações com fornecedores por competência.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Elaboração de eventos para registro contábil dos fenômenos levantados anteriormente.	Relatório com eventos que registram os fenômenos anteriores com base no PCASP estendido.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam carregados.	SIC adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento do exercício.	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do SIC às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	SIC adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de regra / fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste das demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequadas à novas demonstrações contábeis.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP.	SIC adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída

SÃO JOÃO -PE , 31 de dezembro de 2020.

ANDREZA NEVES BARRETO BIZERRA

SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Eder Marcone Vieira Contador

CRC/PE nº 027904/0-8

BALANÇO FINANCEIRO

2020



FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PE – ISOLADO
BALANÇO FINANCEIRO

2020

RESOLUÇÃO Nº110/2020

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - PE



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE GENALDI FERREIRA ZUMBA, EDER MARCONI VIEIRA
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 96f8eb09-b469-4089-b753-8938700344c9





APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro Individual por Entidade (BFI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), através do item 3, da Parte V, da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06.

JOÃO EUDES BEZERRA FILHO, CONTABILIDADE PÚBLICA:

“O Balanço Financeiro é a demonstração contábil que evidencia o fluxo financeiro de uma entidade pública. A partir do saldo inicial das disponibilidades, são acrescidas as Receitas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias (incluídos nestas os Restos a Pagar e Serviço da Dívida a Pagar inscritos no exercício). Ao serem deduzidas das Despesas Orçamentárias e das baixas Extra-Orçamentárias, obter-se-á o saldo das disponibilidades ao final do período analisado (dia, mês ou ano). O Balanço Financeiro exigido pela Lei Federal nº 4.320/19.”

As operações de natureza orçamentária e financeiras que deram suporte a elaboração deste balanço sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*,



respectivamente.

As ferramentas contábeis disponíveis para a Elaboração deste balanço foram registradas em sistema de Contabilidade Pública SCP9, homologado e disponibilizado pela empresa Fiorilli, o processamento de dados é totalmente informatizado, em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Sendo operacionalizados durante o exercício de 2020. Sendo realizado este processamento pelos servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, devidamente assessorados pela M V ASSESSORIA E CONSULTORIA MUNICIPAL.

O item 5, Balanço Financeiro, apresenta o comparativo entre as receitas previstas e as despesas realizadas com proporcionando a apresentação dos resultados da execução orçamentária in praxe exercício. Os dados são evidenciados neste balanço, a saber, o excesso ou déficit de arrecadação, a economia orçamentária e informações relacionadas a restos a pagar processados e não processados. Como forma de esclarecer de transparente e de forma analítica é anexado ao balanço as notas explicativas devidamente elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 110, de 09 de dezembro de 2020, conforme anexos XIX e XX, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão. Para que haja uma maior acessibilidade por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCEPE.

Analisando os dados de 2020, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram R\$ 20.291.168,97. E os ingressos extraorçamentários R\$ 5.560.630,13, TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS R\$ 2.281.837,70. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na



ordem de R\$ 23.588.118,69. Os desembolsos extraorçamentários foram de R\$ 4.499.206,44. As transferências financeiras concedidas foram no total de R\$ 5.198,21. Os saldos vindos do exercício anterior 31/12/2019 totalizou R\$ 709.826,27. O saldo ao final do exercício (31/12/2020) foi de R\$ 750.939,73.

Em suma o Balanço Financeiro, conforme o art. 103 da Lei nº 4.320/64, é o demonstrativo que evidencia as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, considerando também saldos provenientes do exercício anterior bem como aqueles que serão transferidos ao próximo ano (BRASIL, 1964). Dessa forma, percebe-se que, enquanto o Balanço Orçamentário trata apenas das transações contidas no orçamento anual e se atenta somente ao ano referente, o Balanço Financeiro trata da totalidade de recebimentos e pagamentos,

A seguir será apresentado o Balanço Financeiro na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

JOSEFA JACÍ FERREIRA DO NASCIMENTO

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Eder Marccone Vieira Contador

CRC/PE nº 027904/0-8

FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOÃO

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2020)

Exercício de 2020



1 of 2

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE GENALDI FERREIRA ZUMBA, EDER MARCONE VIEIRA
Assesment: https://etce.fce.pe.gov.br/ep/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento=96f6eb09-b469-4089-b753-8938700344c9

ISOLADO:7 - FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOÃO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		20.291.168,97	21.029.833,23	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		23.588.118,69	23.222.514,82
TESOURO		259.012,18	21.029.833,23	TESOURO		2.924.920,75	0,00
EDUCAÇÃO		257.445,34	2.232.274,54	GERAL		184.133,41	0,00
EDUCAÇÃO-FUNDEB		0,00	1.585.360,10	ORDINARIO		2.740.787,34	0,00
EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO		0,00	17.209.916,02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		790.447,54	1.042.882,92
ORDINARIO		1.566,84	2.282,57	EDUCAÇÃO		790.447,54	1.042.882,92
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		20.032.156,79	0,00	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		2.947.957,83	2.534.669,15
EDUCAÇÃO		1.959.932,56	0,00	EDUCAÇÃO		2.947.957,83	2.534.669,15
EDUCAÇÃO-FUNDEB		1.625.586,90	0,00	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		16.924.792,57	19.644.962,75
EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO		16.446.637,33	0,00	EDUCAÇÃO		880.723,37	1.034.178,67
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		2.281.837,70	4.440.846,73	EDUCAÇÃO-FUNDEB		25.150,00	26.626,56
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		2.281.837,70	4.440.846,73	EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO		9.138.338,02	11.209.637,93
REPASSE RECEBIDO		2.281.837,70	4.440.846,73	EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS		6.880.581,18	7.233.483,05
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		5.560.630,13	3.989.636,61	ORDINARIO		0,00	141.036,54
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		2.023.157,13	778.281,63	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		5.198,21	2.548.050,39
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	56.385,29	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO		5.198,21	2.548.050,39
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		2.023.157,13	721.896,34	ORÇAMENTARIA		5.198,21	2.548.050,39
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		3.495.509,19	3.109.055,80	REPASSE CONCEDIDO		5.198,21	2.548.050,39
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		199.956,51	147.519,56	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		4.499.206,44	3.426.851,42
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		380.901,46	302.940,41	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		648.162,61	1.683.747,37
ISS		74.235,12	169.306,40	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		56.385,29	3.000,00
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		504.675,46	56.831,98	RP PROCESSADOS PAGOS		591.777,32	1.680.747,37
PENSÃO ALIMENTÍCIA		40.743,24	43.256,98	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		3.823.310,85	1.709.211,40
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		42.036,48	56.431,83	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		180.332,86	145.881,93
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		1.096.004,56	1.121.795,04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		398.334,48	96.381,50
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		27.370,13	15.996,77	ISS		72.632,26	6.730,19
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.129.586,23	1.194.976,83	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		671.045,27	0,00
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		41.963,81	102.299,18	PENSÃO ALIMENTÍCIA		38.764,85	29.764,97
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		23.868,48	25.789,65	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		45.680,03	40.926,24
FAMÍLIA PAGO				RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		1.168.395,10	220.797,65
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		18.095,33	76.509,53	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		27.329,27	15.582,25
MATERNIDADE PAGO				RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.220.796,73	1.153.146,67
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		709.826,27	446.926,33	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		27.732,98	33.892,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		709.826,27	446.926,33	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		27.732,98	25.789,65
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		1.864,60	1.274,38	FAMÍLIA PAGO			
CONTA ÚNICA		707.961,67	445.651,95	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		0,00	8.103,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00	MATERNIDADE PAGO			
TOTAL		28.843.463,07	29.907.242,90	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		750.939,73	709.826,27

JOSEFA JACÍ FERREIRA DO NASCIMENTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
944.617.834-72

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

MARIA PEREIRA VASCONCELOS
TESOUREIRO
014.215.933-60

FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOÃO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2020)

Exercício de 2020



2 of 2

ISOLADO:7 - FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOÃO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		750.939,73	709.826,27
				APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		1.258,78	1.864,60
				CONTA ÚNICA		749.680,95	707.961,67
				DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
				TOTAL		28.843.463,07	29.907.242,90

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE GENALDI FERREIRA ZUMBA, EDER MARCONE VIEIRA
 Acesso em: https://sig.ice.pa.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 96f6e609-b469-4089-b753-8938700344c9

 JOSEFA JACÍ FERREIRA DO NASCIMENTO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 944.617.834-72

 EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

 MARIA PEREIRA VASCONCELOS
 TESOUREIRO
 014.215.933-60

FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOÃO

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

Dezembro(31/12/2020)

ISOLADO:7 - FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOÃO

Exercício de 2020

1 of 1

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
1 TESOUREIRO	259.012,18	0,00	259.012,18	21.029.833,23	0,00	21.029.833,23
1 ORDINÁRIO	1.566,84	0,00	1.566,84	2.282,57	0,00	2.282,57
200 EDUCAÇÃO	257.445,34	0,00	257.445,34	2.232.274,54	0,00	2.232.274,54
250 EDUCAÇÃO-FUNDEB			0,00	1.585.360,10		1.585.360,10
251 EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO			0,00	17.209.916,02		17.209.916,02
5 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADO	20.032.156,79	0,00	20.032.156,79	0,00	0,00	0,00
S						
200 EDUCAÇÃO	1.959.932,56	0,00	1.959.932,56	0,00	0,00	0,00
250 EDUCAÇÃO-FUNDEB	1.625.586,90	0,00	1.625.586,90	0,00	0,00	0,00
251 EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO	16.446.637,33	0,00	16.446.637,33	0,00	0,00	0,00
TOTAL	20.291.168,97	0,00	20.291.168,97	21.029.833,23	0,00	21.029.833,23

JOSEFA JACÍ FERREIRA DO NASCIMENTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
944.617.834-72

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

MARIA PEREIRA VASCONCELOS
TESOUREIRO
014.215.933-60





a) Informações Gerais:

Nome do órgão ou entidade:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOÃO

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) as quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Conformidade Contábil (ICC) do TCE-PE.

Consolidação das demonstrações contábeis:

A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta incluindo os fundos, conforme relação a seguir:

- 1) Câmara Municipal de Vereadores de São João;
- 2) Prefeitura Municipal de São João;
- 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS);
- 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- 5) Fundo de Previdência Própria dos Servidores Municipais de São João - PE.

Dados do gestor (Prefeito do Município):

Nome: José Genaldi Ferreira Zumba.

Cargo: Prefeito.

Período de gestão: 01/01/2020 a 31/12/2020

Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas:

Nome: Eder Marconi Vieira. CRC-PE nº PE-027904/O-8. E-mail: eddervieira@gmail.com

Dados do Secretário de Finanças responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal:

Nome: MARIA PEREIRA VASCONCELOS.

Dados do Controlador Geral do Município:

Nome: JOSÉ FÁBIO SOARES FERREIRA.

Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:

Fiorilli – SCPI

Endereço eletrônico do Portal da Transparência:

www. <http://saojoao.pe.gov.br/transparencia>



B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 110/2020 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não

houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas: O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2020, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2020, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da



respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das

particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		20.291.168,97	21.029.833,23
TESOURO		259.012,18	21.029.833,23
EDUCAÇÃO		257.445,34	2.232.274,54
EDUCAÇÃO-FUNDEB		0,00	1.585.360,10
EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO ORDINÁRIO		0,00	17.209.916,02
1.566,84		2.282,57	
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		20.032.156,79	0,00
EDUCAÇÃO		1.959.932,56	0,00
EDUCAÇÃO-FUNDEB		1.625.586,90	0,00
EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO		16.446.637,33	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		2.281.837,70	4.440.846,73
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		2.281.837,70	4.440.846,73
REPASSE RECEBIDO		2.281.837,70	4.440.846,73
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		5.560.630,13	3.989.636,61
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		2.023.157,13	778.281,63
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	56.385,29
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		2.023.157,13	721.896,34
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		3.495.509,19	3.109.055,80
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		199.956,51	147.519,56
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		380.901,46	302.940,41
ISS		74.235,12	169.306,40
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		504.675,46	56.831,98
PENSAO ALIMENTÍCIA		40.743,24	43.256,98
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		42.036,48	56.431,83
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		1.096.004,56	1.121.795,04
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		27.370,13	15.996,77
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.129.586,23	1.194.976,83
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		41.963,81	102.299,18
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		23.868,48	25.789,65
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO		18.095,33	76.509,53
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		709.826,27	446.926,33
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		709.826,27	446.926,33
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		1.864,60	1.274,38
CONTA ÚNICA		707.961,67	445.651,95
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
TOTAL		28.843.463,07	29.907.242,90

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2020 foi de R\$ 20.291.168,97.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 2.281.837,70

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 5.560.630,13, sendo R\$ 3.495.509,19, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 2.023.159,13 relativo a inscrição dos restos a pagar.



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		23.588.118,69	23.222.514,82
<u>TESOURO</u>		<u>2.924.920,75</u>	<u>0,00</u>
GERAL		184.133,41	0,00
ORDINARIO		2.740.787,34	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS</u>		<u>790.447,54</u>	<u>1.042.882,92</u>
EDUCAÇÃO		790.447,54	1.042.882,92
<u>RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA</u>		<u>2.947.957,83</u>	<u>2.534.669,15</u>
EDUCAÇÃO		2.947.957,83	2.534.669,15
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>16.924.792,57</u>	<u>19.644.962,75</u>
EDUCAÇÃO		880.723,37	1.034.178,67
EDUCAÇÃO-FUNDEB		25.150,00	26.626,56
EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO		9.138.338,02	11.209.637,93
EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS		6.880.581,18	7.233.483,05
ORDINARIO		0,00	141.036,54
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		5.198,21	2.548.050,39
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA</u>		<u>5.198,21</u>	<u>2.548.050,39</u>
REPASSE CONCEDIDO		5.198,21	2.548.050,39
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		4.499.206,44	3.426.851,42
<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>648.162,61</u>	<u>1.683.747,37</u>
RP NAO PROCESSADOS PAGOS		56.385,29	3.000,00
RP PROCESSADOS PAGOS		591.777,32	1.680.747,37
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>3.823.310,85</u>	<u>1.709.211,40</u>
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		180.332,86	145.881,93
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		398.334,48	96.381,50
ISS		72.632,26	6.730,19
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		671.045,27	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA		38.764,85	29.764,97
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		45.680,03	40.926,24
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		1.168.395,10	220.797,65
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		27.329,27	15.582,25
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.220.796,73	1.153.146,67
<u>OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTARIOS</u>		<u>27.732,98</u>	<u>33.892,65</u>
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		27.732,98	25.789,65
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO		0,00	8.103,00
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		750.939,73	709.826,27
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>750.939,73</u>	<u>709.826,27</u>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		1.258,78	1.864,60
CONTA ÚNICA		749.680,95	707.961,67
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
TOTAL		28.843.463,07	29.907.242,90

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 23.588.118,69.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 5.198,21.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 4.499.206,44. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 648.162,61, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 3.823.310,85.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2020 foi de R\$ 750.939,73.



D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2. Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

SALDO EM 31/12/2019	SALDO EM 31/12/2020
0,00	0,00

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 110/2020 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

G.2. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço Financeiro:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.



H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

ANEXO XIV

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para reconhecimento e registro da despesa orçamentária.	Metodologia para reconhecimento e registro da despesa.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Desenvolvimento de metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para reconhecimento e registro da receita e despesa orçamentária do ente, bem como, para controle de destinação por fontes de recursos.	Sistema de Informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para registro de créditos a receber, por competência.	Metodologia para registro dos créditos a receber.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para registro do crédito a receber por competência.	Sistema de Informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Estabelecer metodologia para ajustes para perdas para os créditos a receber registrados por competência.	Metodologia de ajuste para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do sistema à metodologia local de ajuste para perdas.	SIC adequado à metodologia de ajustes para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações e provisões por competência.	Metodologia de reconhecimento de obrigação e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12//2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de obrigação e provisões por competência.	SIC adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12//2020	Em andamento
3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Metodologia de reconhecimento de ativo e passivos contingentes.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	SIC adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, além de rotinas para a depreciação e exaustão sistematizadas dos mesmos.	Metodologia de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Elaboração de procedimentos para sistematização da reavaliação e do ajuste ao valor recuperável dos ativos.	Metodologia de reavaliação e "impairment" periódicos dos ativos.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistemas para registro e controle do imobilizado (móveis e imóveis).	SIC adequado a metodologia de registro e controle do imobilizado, bem como à depreciação e exaustão dos mesmos.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Levantamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema.	Relatório do SIC com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento



Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento e operacionalização de rotina de depreciação e exaustão do imobilizado.	Metodologia de operacionalização da depreciação e exaustão.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento
Adequação do SIC aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados.	SIC adequado à metodologia de depreciação, reavaliação "impairment", etc. dos elementos patrimoniais.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigação por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para mensuração e reconhecimento das obrigações com fornecedores por competência.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Elaboração de eventos para registro contábil dos fenômenos levantados anteriormente.	Relatório com eventos que registram os fenômenos anteriores com base no PCASP estendido.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação				
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam carregados.	SIC adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento do exercício.	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do SIC às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	SIC adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação				
Elaboração de regra / fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste das demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequadas à novas demonstrações contábeis.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP.	SIC adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída

SÃO JOÃO -PE , 31 de dezembro de 2020.

JOSEFA JACÍ FERREIRA DO NASCIMENTO

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Eder Marcone Vieira Contador

CRC/PE nº 027904/0-8



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE GENALDI FERREIRA ZUMBA, EDER MARCONI VIEIRA
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 96f8eb09-b469-4089-b753-8938700344c9

BALANÇO FINANCEIRO

2020



**FUNDO DE SAÚDE MUNICIPAL DE SÃO JOÃO – PE –
BALANÇO FINANCEIRO**

2020

RESOLUÇÃO Nº110/2020

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - PE





APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro Individual por Entidade (BFI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), através do item 3, da Parte V, da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06.

JOÃO EUDES BEZERRA FILHO, CONTABILIDADE PÚBLICA:

“O Balanço Financeiro é a demonstração contábil que evidencia o fluxo financeiro de uma entidade pública. A partir do saldo inicial das disponibilidades, são acrescentadas as Receitas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias (incluídos nestas os Restos a Pagar e Serviço da Dívida a Pagar inscritos no exercício). Ao serem deduzidas das Despesas Orçamentárias e das baixas Extra-Orçamentárias, obter-se-á o saldo das disponibilidades ao final do período analisado (dia, mês ou ano). O Balanço Financeiro exigido pela Lei Federal nº 4.320/19.”

As operações de natureza orçamentária e financeiras que deram suporte a elaboração deste balanço sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*,



respectivamente.

As ferramentas contábeis disponíveis para a Elaboração deste balanço foram registradas em sistema de Contabilidade Pública SCP9, homologado e disponibilizado pela empresa Fiorilli, o processamento de dados é totalmente informatizado, em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Sendo operacionalizados durante o exercício de 2020. Sendo realizado este processamento pelos servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, devidamente assessorados pela M V ASSESSORIA E CONSULTORIA MUNICIPAL.

O item 5, Balanço Financeiro, apresenta o comparativo entre as receitas previstas e as despesas realizadas com proporcionando a apresentação dos resultados da execução orçamentária in praxe exercício. Os dados são evidenciados neste balanço, a saber, o excesso ou déficit de arrecadação, a economia orçamentária e informações relacionadas a restos a pagar processados e não processados. Como forma de esclarecer de transparente e de forma analítica é anexado ao balanço as notas explicativas devidamente elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 110, de 09 de dezembro de 2020, conforme anexos XIX e XX, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão. Para que haja uma maior acessibilidade por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCEPE.

Analisando os dados de 2020, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram R\$ 11.399.549,53. E os ingressos extraorçamentários R\$ 1.886.605,45, TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS R\$ 6.677.900,44. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na



ordem de R\$ 17.985.566,41. Os desembolsos extraorçamentários foram de R\$ 2.913.651,82. As transferências financeiras concedidas foram no total de R\$ 0,00. Os saldos vindos do exercício anterior 31/12/2019 totalizou R\$ 2.386.129,47. O saldo ao final do exercício (31/12/2020) foi de R\$ 1.450.966,66.

Em suma o Balanço Financeiro, conforme o art. 103 da Lei nº 4.320/64, é o demonstrativo que evidencia as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, considerando também saldos provenientes do exercício anterior bem como aqueles que serão transferidos ao próximo ano (BRASIL, 1964). Dessa forma, percebe-se que, enquanto o Balanço Orçamentário trata apenas das transações contidas no orçamento anual e se atenta somente ao ano referente, o Balanço Financeiro trata da totalidade de recebimentos e pagamentos,

A seguir será apresentado o Balanço Financeiro na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

Arzenaldo Paes de Lira

Gestor do Fundo de Saúde

Eder Marccone Vieira Contador

CRC/PE nº 027904/0-8

FUNDO DE SAÚDE DE SÃO JOÃO - PE
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2020)

Exercício de 2020



1 of 2

ISOLADO:4 - FUNDO DE SAÚDE DE SÃO JOÃO - PE

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		11.399.549,53	8.665.370,38	DESPA ORÇAMENTÁRIA		17.985.566,41	13.879.271,89
<u>TESOURO</u>		<u>11.262.791,53</u>	<u>8.665.370,38</u>	<u>TESOURO</u>		<u>4.509.890,13</u>	<u>4.402.784,50</u>
SAÚDE		8.400,00	0,00	ORDINARIO		20.266,16	912,00
SAÚDE- COVID-19		3.756.323,12	0,00	SAÚDE-GERAL		4.489.623,97	4.401.872,50
SAÚDE-GERAL		7.492.818,80	8.657.424,10	<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>4.254.554,52</u>	<u>2.614.604,05</u>
SAÚDE-REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS		5.249,61	7.946,28	SAÚDE		0,00	22.130,00
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>136.758,00</u>	<u>0,00</u>	SAÚDE- COVID-19		157.252,77	0,00
SAÚDE-GERAL		136.758,00	0,00	SAÚDE-GERAL		4.097.301,75	2.592.474,05
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		6.677.900,44	5.867.249,96	<u>OUTRAS FONTES DE RECURSOS</u>		<u>9.221.121,76</u>	<u>6.861.883,34</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>6.677.900,44</u>	<u>5.867.249,96</u>	SAÚDE- COVID-19		1.356.804,55	0,00
REPASSE RECEBIDO		6.677.900,44	5.867.249,96	SAÚDE-GERAL		7.864.317,21	6.861.883,34
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		1.886.605,45	2.861.493,47	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
<u>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>525.086,38</u>	<u>1.510.344,99</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		525.086,38	1.510.344,99	<u>ORÇAMENTARIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>1.273.590,69</u>	<u>1.309.011,45</u>	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		2.913.651,82	2.425.474,81
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		104.115,00	241.111,05	<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>1.474.081,38</u>	<u>926.362,57</u>
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		30.292,18	52.908,26	RP PROCESSADOS PAGOS		1.474.081,38	926.362,57
ISS		13.075,39	15.679,37	<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>1.364.955,07</u>	<u>1.447.648,76</u>
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		64.029,87	49.757,35	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		88.200,53	197.820,87
OUTROS DEPÓSITOS		1.411,00	104,13	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		0,00	134.914,72
PENSÃO ALIMENTÍCIA		45.118,45	33.173,70	ISS		0,00	38.000,00
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		11.135,64	8.136,16	OUTROS CONSIGNATÁRIOS		0,00	184.257,52
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		201.592,32	220.891,64	OUTROS DEPÓSITOS		390,97	0,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		315.648,25	222.889,57	PENSÃO ALIMENTÍCIA		47.322,17	33.377,27
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		487.172,59	464.360,22	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		10.381,60	6.074,22
<u>OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		<u>87.928,38</u>	<u>42.137,03</u>	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		181.973,30	284.298,32
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		87.928,38	42.137,03	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		339.514,54	241.912,24
FAMÍLIA PAGO				RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		697.171,96	326.993,60
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		2.386.129,47	1.296.762,36	<u>OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		<u>74.615,37</u>	<u>51.463,48</u>
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>2.386.129,47</u>	<u>1.296.762,36</u>	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		74.615,37	51.463,48
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		203.233,71	516.980,19	FAMÍLIA PAGO			
CONTA ÚNICA		2.182.895,76	779.782,17	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		1.450.966,66	2.386.129,47
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>1.450.966,66</u>	<u>2.386.129,47</u>
TOTAL		22.350.184,89	18.690.876,17	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		228.562,48	203.233,71
				CONTA ÚNICA		1.222.404,18	2.182.895,76
				<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
				TOTAL		22.350.184,89	18.690.876,17

ARZENALDO PAES DE LIRA
 SECRETARIO DE SAÚDE
 628.611.904-34

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

EDIVAM BARROS DE MELO
 TESOUREIRO
 038.509.994-08

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE GENALDI FERREIRA ZUMBA, EDER MARCONE VIEIRA
 Acesso em: https://etce.fce.pe.gov.br/peppv/validaDocumento.aspx?CodigoDoDocumento=96f6e09-b469-4089-b753-8938700344d9

FUNDO DE SAÚDE DE SÃO JOÃO - PE
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro(31/12/2020)

Exercício de 2020

ISOLADO:4 - FUNDO DE SAÚDE DE SÃO JOÃO - PE



2 of 2

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE GENALDI FERREIRA ZUMBA, EDER MARCONE VIEIRA
Assesment: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 96f6eb09-b469-4089-b753-8938700344c9

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior

ARZENALDO PAES DE LIRA
SECRETARIO DE SAÚDE
628.611.904-34

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

EDIVAM BARROS DE MELO
TESOUREIRO
038.509.994-08

FUNDO DE SAÚDE DE SÃO JOÃO - PE

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

Dezembro(31/12/2020)

ISOLADO:4 - FUNDO DE SAÚDE DE SÃO JOÃO - PE

Exercício de 2020

1 of 1



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE GENALDI FERREIRA ZUMBA, EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 96f6eb09-b469-4089-b753-8938700344c9

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
1 TESOIRO	11.262.791,53	0,00	11.262.791,53	8.665.370,38	0,00	8.665.370,38
300 SAÚDE	8.400,00	0,00	8.400,00	0,00	0,00	0,00
310 SAÚDE-GERAL	7.492.818,80	0,00	7.492.818,80	8.657.424,10	0,00	8.657.424,10
311 SAÚDE-REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS	5.249,61	0,00	5.249,61	7.946,28	0,00	7.946,28
312 SAUDE- COVID-19	3.756.323,12	0,00	3.756.323,12	0,00	0,00	0,00
5 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADO	136.758,00	0,00	136.758,00	0,00	0,00	0,00
S						
310 SAÚDE-GERAL	136.758,00	0,00	136.758,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	11.399.549,53	0,00	11.399.549,53	8.665.370,38	0,00	8.665.370,38

ARZENALDO PAES DE LIRA
SECRETARIO DE SAÚDE
628.611.904-34

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

EDIVAM BARROS DE MELO
TESOUREIRO
038.509.994-08



a) Informações Gerais:

Fundo Municipal de Saude – 03.061.099/0001-20

- CNPJ: 03.061.099/0001-20
 - Razão Social: Fundo Municipal de Saude
 - Data de Abertura: 26/03/1999
 - Tipo: MATRIZ
 - Situação: ATIVA
 - Natureza Jurídica: 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal
atividade Principal
 - Atividade Principal: 84.11-6-00 - Administração pública em geral
Atividades Secundárias
 - Atividade Secundária: 00.00-0-00 - Não informada
- Endereço
- CEP: 55.435-000
 - Logradouro: R Joao de Assis Moreno
 - Número: SN
 - Bairro: Centro
 - Município: São João
 - UF: PE

SAÚDE DE SÃO JOÃO DADOS	
SECRETARIO	ARZENALDO PAES DE LIRA
ENDEREÇO	RUA MANOEL JOAQUIM DE SOUZA 23, PAQUE ALVORADA , ~SÃO JOÃO



B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 110/2020 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não

houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas: O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2020, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2020, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da



respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		11.399.549,53	8.665.370,38
<u>TESOURO</u>		<u>11.262.791,53</u>	<u>8.665.370,38</u>
SAÚDE		8.400,00	0,00
SAÚDE- COVID-19		3.756.323,12	0,00
SAÚDE-GERAL		7.492.818,80	8.657.424,10
SAÚDE-REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS		5.249,61	7.946,28
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>136.758,00</u>	<u>0,00</u>
SAÚDE-GERAL		136.758,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		6.677.900,44	5.867.249,96
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>6.677.900,44</u>	<u>5.867.249,96</u>
REPASSE RECEBIDO		6.677.900,44	5.867.249,96
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		1.886.605,45	2.861.493,47
<u>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>525.086,38</u>	<u>1.510.344,99</u>
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		525.086,38	1.510.344,99
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>1.273.590,69</u>	<u>1.309.011,45</u>
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		104.115,00	241.111,05
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		30.292,18	52.908,26
ISS		13.075,39	15.679,37
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		64.029,87	49.757,35
OUTROS DEPÓSITOS		1.411,00	104,13
PENSÃO ALIMENTÍCIA		45.118,45	33.173,70
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		11.135,64	8.136,16
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		201.592,32	220.891,64
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		315.648,25	222.889,57
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		487.172,59	464.360,22
<u>OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		<u>87.928,38</u>	<u>42.137,03</u>
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		87.928,38	42.137,03
FAMÍLIA PAGO			
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		2.386.129,47	1.296.762,36
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>2.386.129,47</u>	<u>1.296.762,36</u>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		203.233,71	516.980,19
CONTA ÚNICA		2.182.895,76	779.782,17
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TOTAL		22.350.184,89	18.690.876,17

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2020 foi de R\$ 11.399.549,53.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 6.677.900,44.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 1.886.605,45, sendo R\$ 1.273.590,69, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 525.086,38 relativo a inscrição dos restos a pagar.



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		17.985.566,41	13.879.271,89
TESOURO		4.509.890,13	4.402.784,50
ORDINÁRIO		20.266,16	912,00
SAÚDE-GERAL		4.489.623,97	4.401.872,50
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		4.254.554,52	2.614.604,05
SAÚDE		0,00	22.130,00
SAÚDE- COVID-19		157.252,77	0,00
SAÚDE-GERAL		4.097.301,75	2.592.474,05
OUTRAS FONTES DE RECURSOS		9.221.121,76	6.861.883,34
SAÚDE- COVID-19		1.356.804,55	0,00
SAÚDE-GERAL		7.864.317,21	6.861.883,34
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		2.913.651,82	2.425.474,81
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		1.474.081,38	926.362,57
RP PROCESSADOS PAGOS		1.474.081,38	926.362,57
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		1.364.955,07	1.447.648,76
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		88.200,53	197.820,87
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		0,00	134.914,72
ISS		0,00	38.000,00
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		0,00	184.257,52
OUTROS DEPÓSITOS		390,97	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA		47.322,17	33.377,27
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		10.381,60	6.074,22
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		181.973,30	284.298,32
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		339.514,54	241.912,24
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		697.171,96	326.993,60
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		74.615,37	51.463,48
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		74.615,37	51.463,48
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		1.450.966,66	2.386.129,47
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.450.966,66	2.386.129,47
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		228.562,48	203.233,71
CONTA ÚNICA		1.222.404,18	2.182.895,76
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
TOTAL		22.350.184,89	18.690.876,17

Nota 5) **DESPESA ORÇAMENTÁRIA:** A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 17.985.566,41.

Nota 6) **TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS:** O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) **PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS:** Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 2.913.651,82. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 1.474.081,38, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 1.364.995,07.

D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2. Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.



d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

SALDO EM 31/12/2019	SALDO EM 31/12/2020
0,00	0,00

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 110/2020 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

G.2.Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço Financeiro:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE GENALDI FERREIRA ZIMBA, EDER MARCONI VIEIRA
Acesse em: <https://tcepe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 96f66b09-b469-4f89-b753-8938700344c9



H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

ANEXO XIV

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para reconhecimento e registro da despesa orçamentária.	Metodologia para reconhecimento e registro da despesa.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Desenvolvimento de metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para reconhecimento e registro da receita e despesa orçamentária do ente, bem como, para controle de destinação por fontes de recursos.	Sistema de Informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para registro de créditos a receber, por competência.	Metodologia para registro dos créditos a receber.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para registro do crédito a receber por competência.	Sistema de Informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Estabelecer metodologia para ajustes para perdas para os créditos a receber registrados por competência.	Metodologia de ajuste para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do sistema à metodologia local de ajuste para perdas.	SIC adequado à metodologia de ajustes para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações e provisões por competência.	Metodologia de reconhecimento de obrigação e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12//2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de obrigação e provisões por competência.	SIC adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12//2020	Em andamento
3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Metodologia de reconhecimento de ativo e passivos contingentes.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	SIC adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, além de rotinas para a depreciação e exaustão sistematizadas dos mesmos.	Metodologia de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Elaboração de procedimentos para sistematização da reavaliação e do ajuste ao valor recuperável dos ativos.	Metodologia de reavaliação e "impairment" periódicos dos ativos.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistemas para registro e controle do imobilizado (móveis e imóveis).	SIC adequado a metodologia de registro e controle do imobilizado, bem como à depreciação e exaustão dos mesmos.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Levantamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema.	Relatório do SIC com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento



Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento e operacionalização de rotina de depreciação e exaustão do imobilizado.	Metodologia de operacionalização da depreciação e exaustão.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento
Adequação do SIC aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados.	SIC adequado à metodologia de depreciação, reavaliação "impairment", etc. dos elementos patrimoniais.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigação por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para mensuração e reconhecimento das obrigações com fornecedores por competência.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Elaboração de eventos para registro contábil dos fenômenos levantados anteriormente.	Relatório com eventos que registram os fenômenos anteriores com base no PCASP estendido.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PUBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam carregados.	SIC adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento do exercício.	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do SIC às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	SIC adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PUBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de regra / fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste das demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequadas à novas demonstrações contábeis.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP.	SIC adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída

SÃO JOÃO -PE , 31 de dezembro de 2020.

Arzenaldo Paes de Lira

Gestor do Fundo de Saúde

Eder Marccone Vieira Contador

CRC/PE nº 027904/0-8